



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 869, DE 18 DE JULHO DE 2017.

Designa membros para compor a Comissão de Pós-Graduação a fim de assessorar o Conselho Superior no que concerne aos afastamentos previstos na Resolução nº 71, de 12 de maio de 2006.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993, e, em especial, o que consta do art. 159, incisos XX e XXII, e

CONSIDERANDO o art. 22 da Resolução/CSMPDFT nº 71, de 12 de maio de 2006, que disciplina o afastamento de membros do MPDFT do exercício de suas funções para frequentar cursos de aperfeiçoamento e estudos e para elaboração de dissertações e teses, bem como para comparecer a seminários, congressos ou missões oficiais;

CONSIDERANDO o requerimento (*Tabularium* nº 08191.048213/2017-81), de 17 de maio de 2017, dos Promotores de Justiça ANTONIO HENRIQUE GRACIANO SUXBERGER e BRUNO AMARAL MACHADO, que trata do pedido de dispensa da designação para compor a Comissão de Pós-Graduação, de acordo com a Portaria n.º 818, de 18 de agosto de 2016; e,

CONSIDERANDO a deliberação do Eg. Conselho Superior do MPDFT, na 254ª Sessão Ordinária, realizada no dia 14 de Julho de 2017,

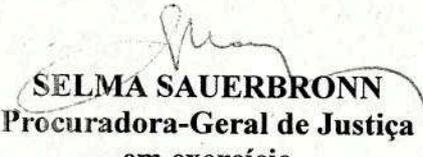
RESOLVE:

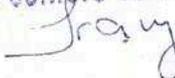
Art. 1º Dispensar, a pedido, os Promotores de Justiça ANTONIO HENRIQUE GRACIANO SUXBERGER e BRUNO AMARAL MACHADO, da composição da Comissão de Pós-Graduação, designados pela Portaria nº 818, de 18 de agosto de 2016;

Art. 2º Designar, os Promotores de Justiça JOSÉ THEODORO CORREA DE CARVALHO e RAQUEL TIVERON para comporem a Comissão de Pós-Graduação, a fim de assessorar o Conselho Superior no que concerne aos afastamentos previstos na Resolução nº 71, de 12 de maio de 2006.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


SELMA SAUERBRONN
Procuradora-Geral de Justiça
em exercício

Publicada em 19/07/17
Esta cópia confere com o original


SECSAD/CGAB/PGJ 12/2017 15:43:22.7